



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 364, DE 2025

(Do Sr. José Guimarães)

Institui apoio financeiro à pessoa com deficiência decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E
FAMÍLIA;
DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI

(Do Sr. JOSÉ GUIMARÃES)

Institui apoio financeiro à pessoa com deficiência decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído apoio financeiro à pessoa nascida entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024, com deficiência decorrente de síndrome congênita causada pela infecção da genitora pelo vírus Zika durante a gestação.

Art. 2º O apoio financeiro de que trata esta Lei consistirá no pagamento de parcela única, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º O requerimento será realizado perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme critérios estabelecidos em ato conjunto do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência Social e do INSS, sendo obrigatória a constatação:

- I - da relação entre a síndrome congênita e a contaminação da genitora pelo vírus Zika durante a gestação; e
- II - da deficiência.

Art. 4º O pagamento do apoio financeiro de que trata esta Lei não será considerado para fins de cálculo de renda mínima destinado à:

- I - permanência da pessoa no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico;
- II - elegibilidade para o recebimento do benefício de prestação continuada de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e
- III - transferência de renda do Programa Bolsa Família, de que trata a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

Art. 5º O apoio financeiro de que trata esta Lei, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com qualquer indenização da mesma natureza concedida por decisão judicial.

Art. 6º As despesas decorrentes do apoio financeiro de que trata esta Lei correrão à conta do programa orçamentário Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União.

Parágrafo único. A concessão do apoio financeiro fica sujeita à disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 7º O pagamento do apoio financeiro de que trata esta Lei fica restrito ao exercício de 2025.



Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Tal proposta decorre da Medida Provisória nº 1.287, de 9 de janeiro de 2025, editada pelo Poder Executivo, com força de lei e eficácia imediata. Contudo, opta-se, aqui, por dar à proposta uma tramitação legislativa originária de iniciativa parlamentar, prerrogativa constitucional que valoriza o papel do parlamento no ordenamento institucional.

O Projeto estabelece a concessão de um benefício especial, custeado pelo programa orçamentário de Indenizações e Pensões Especiais, com o objetivo de atenuar os impactos financeiros derivados da condição de saúde dos beneficiários, garantindo-lhes melhores condições para custear tratamentos médicos, assistência especializada, terapias complementares e demais despesas correlatas. A medida reforça o compromisso do Estado com a inclusão social e o bem-estar de pessoas em situação de vulnerabilidade.

As implicações da medida abrangem diferentes esferas:

- **Beneficiários e suas famílias:** A concessão do benefício especial proporcionará um suporte financeiro essencial para cobrir despesas médicas e assistenciais, promovendo melhores condições de vida, maior independência e inclusão social, permitindo acesso ampliado a serviços fundamentais.

- **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):** Será necessária uma estrutura administrativa eficiente para a análise e concessão do benefício, exigindo investimentos na otimização dos processos de requerimento, análise de elegibilidade e gestão dos pagamentos, garantindo eficiência e celeridade na prestação do serviço.

- **Sustentabilidade e responsabilidade fiscal do apoio financeiro aos beneficiários:** A implementação da medida deve garantir que os recursos destinados ao benefício sejam distribuídos de forma eficiente e contínua, assegurando que os beneficiários possam contar com esse suporte de maneira estável e previsível. Para tanto, é fundamental que a alocação orçamentária seja planejada com responsabilidade fiscal, de modo a garantir a perenidade do programa e a assegurar seu pagamento.

- **Programas sociais existentes:** A regulamentação do benefício especial foi estruturada para preservar o direito dos beneficiários a outros auxílios sociais, como o Cadastro Único, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família, garantindo a manutenção dos mecanismos de proteção social já estabelecidos.

Além disso, a proposta está alinhada com as diretrizes de políticas públicas de inclusão e assistência social, promovendo um modelo de atenção integral que busca minimizar desigualdades e ampliar oportunidades para as pessoas com deficiência.



Portanto, a conversão da Medida Provisória em Projeto de Lei se justifica pela necessidade de conferir maior estabilidade e segurança ao amparo financeiro concedido, reforçando o compromisso do Estado com a proteção social e a dignidade das pessoas com deficiência. Trata-se de uma medida de justiça social que reafirma a responsabilidade pública na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Sala das Sessões, fevereiro de 2025.

Deputado JOSÉ GUIMARÃES – PT/CE
Líder do Governo



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199312-07;8742
LEI Nº 14.601, DE 19 DE JUNHO DE 2023	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202306-19;14601

FIM DO DOCUMENTO